

O PAPEL DA FILOSOFIA NUMA SOCIEDADE ABERTA E EM DESENVOLVIMENTO

I

Os Ideais da Liberdade Civil e da Industrialização

1. A mentalidade que hoje domina, e os novos condicionamentos sociais de natureza tecnológica, apontam para um modelo de vida colectiva, em geral designado como *sociedade aberta e em desenvolvimento*.

2. Qualquer que seja o ponto do globo, nas velhas democracias, presas a arcaísmos que as oprimem e acinzentam; como nos países artificiais, criados pela astúcia de políticos distantes, e ensanguentados por infundáveis lutas armadas; como no Japão, cabeça do Oriente, que construiu, a partir da sua peculiar tradição castrense, novíssimas instituições empresariais, (assim cumprindo as exigências impostas pela Era Tecnológica que agora se inicia, e disso colhendo o proveito); como nas nações do Leste cuja descompressão política, inadiável, lançou num revisionismo angustiado e sem rumo; como nos «tristes trópicos», a braços com impasses «terceiro-mundistas» de uma economia e de uma política que manifestam sintomas de autêntica loucura; quer até no «quarto-mundo», prostrado numa lenta agonia de fome, doença e miséria, — por toda a parte enfim, os ideais da liberdade cívica e da industrialização iluminam os horizontes do futuro.

3. Parece assim que os regimes de tipo democrático e liberal, bem como as economias apoiadas na indústria, são hoje temas prioritários das filosofias política, sociológica e económica.

4. É muito interessa saber quais os caminhos (a metodologia processual ou a simples prática) para atingir, em termos estáveis, essa liberdade política e essa industrialização.

5. Atenda-se ainda a que estas questões são extremamente ameaçadoras e urgentes. À medida que o tempo passa e as soluções tardam, mais grave é o risco de que uma indiferença pessimista vá alastrando e atinja os melhores, os mais generosos, os que ainda se sentem responsáveis pelo teor e qualidade da vida colectiva. E leve assim a um estado-de-coisas (que já se vislumbra) em que as rupturas, as necroses e as pústulas do tecido social tornem inviáveis esses ideais da liberdade, da abundância e do bem-estar. Em tal extremo, o instinto de sobrevivência (se ainda tiver vigor) voltará a sobrevalorizar um poder político eficaz. É essa a grande oportunidade para um totalitarismo tecnocrático e utilitarista, de difícil retorno. Se já nem isso ocorresse, a terra voltaria a cobrir-se das violências gratuitas e da agonia tumultuosa de mais um ciclo da vida da Humanidade. Talvez o último.

6. Que a industrialização e a liberdade civil são compatíveis, provam-no os «7 países mais ricos», onde o desenvolvimento atingiu a maturidade e os hábitos democráticos estão arraigados.

Mas há dúvidas sobre se os Estados que ainda não atingiram tal desiderato, não terão que dar prioridade ao desenvolvimento subordinando-lhe a organização política. Neste particular a situação mundial é especialmente complexa e confusa, parecendo não primar pela justiça. Com efeito, os países que já atingiram a última fase do desenvolvimento, são pródigos na «exportação» da democracia. Chegam, por vezes a exigí-la com uma certa dureza. Mas são avaros e reticentes na criação de condições internacionais favoráveis ao desenvolvimento dos mais atrasados. Então se aferram na defesa intransigente das conveniências do seu nacionalismo económico. Parece na verdade (e o que hoje se passa nos países de Leste o confirma) que só numa progressiva internacionalização da economia e da política, poderão acabar com os «impasses», ficando o nacionalismo confinado aos particularismos culturais. Assim se realize, em tempo útil, a indispensável reforma das mentalidades (1).

(1) Para maior desenvolvimento ver o nosso *Ensaio sobre a Justiça*, «Revista da Faculdade de Letras — Série de Filosofia», Porto, 1990.

7. Perguntar-se-á, todavia, se esses ideais («pequeno-burgueses», afinal, na essência) não fecharão os homens na «apagada e vil tristeza» de uma mediocridade autosuficiente. E se nós, os portugueses, historicamente vocacionados para grandes empresas ecuménicas de serviço à Humanidade, não nos sentiríamos especialmente diminuídos e frustrados numa sociedade por eles orientada.

8. Naturalmente que uma coisa é fazer análise social, outra avaliar o mérito dos ideais colectivos que ela nos revela. (Embora a separação entre os dois planos seja metodológica e provisória, e a última palavra da Filosofia Social consista em dar um sentido ao progresso genérico da Humanidade, e fixar, em tempo útil, no mapa dos futuros possíveis e realizáveis, o que for mais valioso). De qualquer modo, chegámos a um ponto em que é necessária uma pausa para fazermos algumas advertências e observações.

9. A progressiva utilização de maquinismos que facilitam e melhoram a vida quotidiana, designadamente no plano da fruição da cultura e do lazer, típica da Era Tecnológica, assim como a enorme ampliação da independência pessoal e da privacidade, propiciada pela abundância de bens e serviços e pela liberdade civil, — darão aos melhores, aos mais bem dotados, as condições ideais para serem felizes, neste mundo. Não são, quanto a eles, de temer frustrações; e nenhuma modalidade de «sociedade de consumo» conseguirá impor-se-lhes.

10. Mas, acontecerá o mesmo quanto aos outros? Quanto aos atrasados e incapazes, por nascimento ou acidente, por doença ou senectude? E no que respeita à grande legião dos mediocres: não serão abandonados e sentirão frustrados numa tal sociedade?

11. Não serão os primeiros um «peso morto», insuportável para quem viva sobre si, em termos individualistas, mau grado os laços de responsabilidade moral, familiares ou de outra natureza, eventualmente existentes?

Não se criará, no «sub-consciente» colectivo, — nessa zona silenciosa e marginalizada para onde todos empurrámos a tentação de comportamentos normalmente desejados mas proibidos — uma perigosa tendência para a eliminação física dessa infeliz «sub-gente», incapaz de assumir a cidadania?

Não contribuirá também poderosamente para isso, a nossa novíssima condição actual de «expectadores» (imposta pela era tecnológica) resultante de uma vida quotidiana grosseira e artificialmente dramatizada e «visualizada» por força das emissões televisivas e dos «videos»? Nesta sistemática *imaginação* da própria realidade, nesse predomínio quase exclusivo de uma *experiência fictícia*, não estará a raiz de uma crueldade, por alheamento e indiferença, que quase nos incapacita para a compaixão? (2).

12. Aliás, se bem virmos, é neste plano que hoje se situam os grandes «pecados» (e virtudes) sociais.

As desigualdades puramente económicas entre os homens, são muito fáceis de solucionar, e cada vez o serão mais. *A Tecnologia já abriu as portas da abundância. Assim sabemos tirar rapidamente todo o proveito disso, e não continuemos, por inércia, incompetência ou malvadez, prisioneiros do «miserabilismo» de uma economia da carência e do trabalho «forçado».*

Difícil é atenuar as diferenças de capacidade pessoal. Isso transcende o plano económico e não se consegue com dinheiro. Para além da acção pedagógica (ou recuperadora) de profissionais especializados, exige amor, generosidade incondicional, sacrifício e esforço da parte de pessoas concretas que sejam capazes de vencer as barreiras de um egoísmo, que numa perspectiva individualista se considera como legítimo. (Atenção, pois, não vá a tão celebrada «opção preferencial pelos pobres», que parece pautar ainda a orientação pastoral mais difundida na Igreja Católica, disfarçar uma condenável opção pela «lei do menor esforço» ...).

13. E quanto à grande legião dos mediocres, incapaz de atingir, por si própria, a fruição dos bens da cultura e dos prazeres espirituais, a não ser pela via emotiva das grandes concentrações

(2) É claro que toda a experiência indirecta, que é imensa, se serve da imaginação; de modo especial aquela que nos é transmitida por intermédio da palavra. Mas embora, nesse caso ela só se nos patenteie depois de submetida a duas conversões subjectivadoras (a de quem nos transmite verbalmente a experiência, e a nossa própria, ao imaginarmos, por nossa conta, o que nos é relatado), e portanto, em termos objectivos, nos arrisquemos a que este tipo de experiência seja mais fictício do que real, — no plano psicológico ela não nos propicia nenhum enfraquecimento da função realista do acto perceptivo.

espectaculares, ou pela acção generosa e carismática dos «comunicadores» de talento? Não se sentirão, esses, perigosamente frustrados e infelizes no frenesi de um consumismo barato, que pretende deliberadamente explorá-los, de um modo cada vez mais calculista e despuadorado? Designadamente, no âmbito da nova indústria cultural, que agora inicia uma fase de vertiginosa expansão?

13. Será justo tal estado-de-coisas? E não será temerário esperar que a mera repetição de alguns «slogans» mágico-retóricos de apologia democrática, e o exercício, cada vez mais rotineiro, condicionado, e ineficaz do direito de votar, — impeça essas *massas* de se lançarem na rebelião de uma generalizada agressividade anárquica, bem mais grave do que a «rebelião» da autosuficiência medíocre, que Ortega y Gasset tão aristocraticamente temia?

Depois do artigo, tão citado, de Julien Benda ⁽³⁾, tem-se falado muito, levianamente, de «traição». Mas, afinal, e em termos precisos, será ainda a altura de perguntar: *traição a quem, ou a quê?* E da parte *de quem?*

14. A Filosofia (que inclui sempre, como já em outras oportunidades assinalámos, os momentos preambulares da *atitude filosófica*, e do *filosofar*), disciplina indispensável na educação da liberdade pessoal e no seu independente exercício posterior, — terá alguma palavra a dizer neste plano da solidariedade social?

Não terá Sócrates merecido a cicuta por ser curta demais a distância entre os filósofos e os sofistas? O espírito crítico, espalhado a esmo, não irá afinal «corromper a juventude» levando-a, designadamente, a um ateísmo fácil e enganador?

Não será neste ponto preciso que uma religião com as características do Cristianismo se revela particularmente útil não só para reforçar a exigência do cultivo das virtudes sóficas (as únicas que distinguem o filósofo do sofista), mas ainda indispensável para fundar e fomentar uma solidariedade social apaixonada e sem limite, que ultrapasse o que é «teoricamente» justo, mas não seja exclusivista nem alheia às exigências da razão?

15. Entendemos que sim, que este é o momento privilegiado para perspectivar as fecundas virtualidades dessa única religião

(3) *La Trahison des clerc* (1927).

«filosófica» que é o Cristianismo. Filosófica não só no sentido de que o seu horizonte dogmático possibilita e estimula as problematizações e as reflexões críticas mais radicais, (existem mesmo, como noutra ocasião deixamos apontado, problemas específicos de uma «filosofia cristã») (4) — mas impede ainda as trágicas divisões interiores típicas de todas as formas de *fideísmo*, principalmente daquelas, tão frequentes hoje, em que as mais profundas mentalidades científicas e tecnológicas abraçam as convicções e os rituais religiosos mais primitivos e estreitos.

O universalismo cristão não deve ser encarado só, nem principalmente, no sentido horizontal de abarcar todos os povos, mas no sentido vertical de «salvar» todos os homens, qualquer que seja o nível das suas capacidades: do imbecil ao génio, do nascituro ao senil.

16. E para que possamos ver, com meridiana clareza, a sintonia profunda que existe entre o Cristianismo e o tempo que vivemos, bastará atentar no seguinte: apesar de todas as suas obscuras dificuldades (5), o princípio ético-jurídico hoje mais invocado e aceite é o da primazia social e política dos chamados «direitos humanos».

Pois bem, como tivemos já ocasião para observar, eles decorrem só *do mero facto do nascimento*. E quanto a esta circunstância, nenhuma doutrina é mais radicalmente realista e generosa do que o Cristianismo: defende que é a partir do momento em que o seu embrião se constitui, que usrgé um novo ser humano, com todos os seus direitos. Curiosamente, a genética moderna, permitindo a substituição do meio nutriente natural (o ventre da mãe), veio afirmar a independência e a prioridade ôntica do feto. Desde o seu primeiro instante, ele pode sobreviver, sem mãe nem pai; só precisa que lhe reconheçam o direito natural da vida. E se no acto da sua geração lhe não dedicavam já algum amor antecipado, nenhum direito moral deverão depois ter sobre ele, os seus fortuitos genitores.

(4) Para maior desenvolvimento ver o nosso estudo *Algumas Notas em Torno da Noção de Pecado — recordando as «Confissões» de Sto. Agostinho*, «Revista da Faculdade de Letras — Série de Filosofia», Porto, 1987.

(5) Vd. Estudo citado na nota n.º 1.

17. Estas inultrapassáveis virtualidades antropológicas do Cristianismo (que não é só *Verdade*, mas também *Caminho e Vida*) não vêm impor nenhuma limitação ou «redução» ao filosofar; abrem-lhe, pelo contrário, importantes campos de análise.

Seja no anti-fideísmo do Sto. Agostinho, que valoriza, positivamente, os poderes da razão; seja no «existencialismo» de Pascal, que vê, para além do alcance das «luzes naturais», na sapiência das Escrituras, a decifração dos enigmas da condição humana; seja na via da teologia negativa iniciada pelo Areopagita, — está presente sempre a dimensão filosófica do Cristianismo,

18. Em resumo: uma análise objectiva e uma compreensão lúcida da vida social contemporânea e dos seus horizontes imediatos levam a concluir pela necessidade imperiosa da reflexão filosófica, e do seu ensino generalizado, estimulante e libertador. Só ela poderá ocupar o centro da vida cultural, e exigir, nos termos mais amplos, uma postura ética que não deve ser encarada como «luxuosa» e inócua, mas como indispensável condição da sobrevivência da Humanidade. É imperioso que a «ave de Minerva» aprenda a voar na luz da madrugada...

Por sua vez o Cristianismo, se bem entendido, revela-se como sendo a religião que mais virtualidades oferece para que os homens de hoje experimentem e vivam, sem divisões interiores, a fé na «salvação» e a beatitude mística; e que, na Sociedade, cresçam a Justiça e a Paz. E isto não só pelas dimensões horizontal e vertical do seu ecumenismo, pela profunda sintonia que existe entre o espírito das Escrituras e a sensibilidade axiológica contemporânea, — mas ainda pela variedade das pontes que podem ligá-lo à Filosofia.

II

As Posições de Bertrand Russel (1872-1972) e de Karl Popper (1902-)

1. Mas façamos uma análise mais circunstanciada dos contextos sociológicos hoje vigentes, servindo-nos, para isso, de doutrinas que conservam, apesar de todas as mudanças, uma larga margem de perspectivas úteis. Elas nos servirão também para uma avaliação crítica e um eventual desenvolvimento das nossas próprias posições.

2. No panorama da cultura contemporânea avultam duas teorias, aliás «aparentadas», que, pela sua lucidez, coerência e sintonia com o tempo presente, são justamente conhecidas, apreciadas e frequentemente usadas para perspectivar o mundo que aí vem.

Referimo-nos ao pragmatismo psicológico e histórico de Russel, tal como exposto, fundamentalmente, num livro notável (*Power, A New Social Analysis, 1938*), recentemente traduzido para português (1990); e ao dedutivismo de Karl Popper, visto, de preferência, nas suas mais recentes versões.

3. A grande questão de fundo consiste em saber se o Homem tem ou não domínio sobre o curso da História; pode ou não, ao menos, conhecer a face do destino inevitável que a Humanidade tenha de cumprir ao longo dos séculos; ou deva limitar-se, tão somente, a tentar resolver os problemas que o ameaçam e lhe barram o futuro próximo. Ela nos obriga a expor, na III parte deste estudo, o essencial do que pensamos sobre esta temática tão importante. Vejamos entretanto, já de seguida, as posições de Russel e de Popper.

O Pragmatismo de Russel

4. Salvo melhor interpretação, o pensamento de Russel, quanto ao conjunto dos grandes tópicos em pauta é o seguinte:

- A. É o *Poder* que manipula a sequência histórica das actividades humanas.
- B. Tal como a *energia* no mundo da Física, o Poder transforma-se circularmente em várias formas (Poder clerical, real, castrense, económico, carismático e eleitoral) ⁽⁶⁾, sem que nenhuma possa arvorar-se em originária e causa das restantes.
- C. Há que ter ainda em conta as diversas *modalidades* do Poder, de que avultam a *tradicional* e a que corresponde ao que R. apelida de «Poder nu», nenhuma delas também substantiva ou preferível *à priori*.

⁽⁶⁾ Advirta-se que R. não é totalmente líquido na identificação e explicitação de tais poderes; nem a terminologia que adoptámos, para maior clareza, coincide inteiramente com a sua.

- D. Apesar das transmutações das formas e modalidades do Poder serem avulsas e reversíveis, R. defende a tese de que há «leis da dinâmica social», e entende que «para as descobrir» — haverá primeiro que «classificar as formas de poder», e rever depois, «os exemplos históricos mais importantes», em que, «organismos e indivíduos (...) adquiriram controlo sobre a vida dos homens». (Não deverá deixar de sublinhar-se, a propósito, o anti-modernismo de R. ao recomendar que a análise da experiência histórica não deve limitar-se, nem privilegiar, os sécs. XVIII e XIX).
- E. Da complexa e ampla panóplia das situações sociais originadas pelo Poder, as mais desejáveis, as que melhor servirão aos homens, são aquelas que estatuem uma «cooperação igualitária».
- F. A descoberta das leis da dinâmica social teria o máximo interesse para facilitar o estabelecimento dessas situações e garantir a sua permanência.
- G. Julgamos todavia que R. não chegou a atingir tal objectivo; ou, pelo menos, a enunciar essas leis com precisão e clareza.
- H. Mas o conjunto das «receitas», mais ou menos casuísticas, que propõe, para «domesticar o Poder», é muito arguto e de larga serventia.
- I. Dentre elas nos interessarão sobretudo, como se compreende, as que atribuem à Razão, à Ciência e à Filosofia, o papel fundamental. Aliás são poucas e formuladas sem radicalismo, como seria de esperar.
5. Na verdade, a nosso ver, a atitude filosófica de R. caracteriza-se por um pragmatismo *sui generis*, associado a um cepticismo de tripla raiz:
- A. Cepticismo, desde logo, quanto à existência de verdades «em si». Olhado a esta luz, o Empirismo, assim como todas as demais formas de indutivismo, apresentam-se como sendo, claramente, *filosofias de acção*, segundo as quais a veracidade de uma doutrina ou teoria se identifica com a sua eficácia.

- B. Cepticismo, depois, quanto ao livre poder criador do Espírito (que «pragmaticamente» tematiza também a partir do Homem, na sua «ipsidade», como na sua situação social), condenando a propósito, expressamente, as desmedidas ambições de Fichte (1762-1814).
- C. Cepticismo ainda quanto ao poder carismático e profético de personalidades excepcionais, com uma capacidade superior para orientar a vida colectiva, advertindo desde logo que o egoísmo dos heróis só pode ser esconjurado se a sua motivação profunda deixar de ser a «vontade de poder», para se transmutar em *vontade de serviço*. (Repare-se todavia que neste caso, o Herói se configuraria mais com o *Santo*, do que com o *Guerreiro* ou o *Político*).

6. Para R. a vida humana, individual como colectiva, caracteriza-se pela «*interacção perpétua entre volição e factores incontroláveis*» (o sublinhado é nosso).

«Domesticar o Poder» tem pois o sentido inicial e genérico de impedir que o egoísmo dos governantes se sobreponha aos objectivos, necessariamente superiores, que visem dar origem a uma «*cooperação igualitária*»; e, num segundo momento, de sabedoria ou «sageza», de tornar tais objectivos exequíveis, não permitindo que eles se limitem a ser meros delineamentos teóricos, eventualmente utópicos.

7. É todavia aqui que R. mais valoriza a racionalidade *objectiva*, em cujo contexto se situam as «leis sociais» a que alude, como já observámos.

Num paralelismo inesperado com F. Saussure (1857-1913), entende que, em toda a situação social dada, há, implícita, uma estrutura sincrónica inamovível a que toda a acção haverá que obedecer; e que todas as mudanças objectivas que nela ocorram (imprevisíveis por serem a estratificação de equilíbrios fortuitos no jogo de várias forças em conflito) devem aceitar-se com realismo; é sempre, e renovadamente, a partir de tais mudanças, que deverá processar-se toda a acção eficaz; anote-se que a análise dessas mudanças acaba aliás por revelar um estado-de-coisas fiel à estrutura sincrónica básica. (Recorde-se o exemplo já clássico de Saussure: também, no jogo do xadrez, cada lance é livre, embora obediente a regras inalteráveis...).

8. Não há pois, na circunstância, nem um *fixismo* facilmente atribuível a leis *naturais*, nem leis *diacrónicas* de desenvolvimento. Mas toda uma acção realista, inteligente, eficaz e consensual.

Daí o ideal russelliano de uma «cooperação *igualitária*» (o sublinhado é nosso), e o apreço «democrático» pelo «senso-comum», que lhe anda associado.

9. Neste contexto, o papel da Razão desdobra-se em três momentos: o científico-tecnológico, o da análise lógico-formal, e o da reflexão filosófica, que culminaria numa «*moral individualizada*» que levaria, por sua vez, a um «*proselitismo ético*». (Apesar das diferenças, que são muitas e profundas, este quadro faz-nos lembrar esse campeão da antropologia e da pedagogia *igualitárias* que foi Descartes).

O Dedutivismo de K. Popper

10. Quanto a K. Popper, consideramos que nele são nucleares estes três pontos:

- A. O surgimento de um *problema* como motivador *único* de uma irrecusável e inadiável renovação dos nossos conhecimentos teóricos e práticos, quer esse problema resulte de um acontecimento imprevisto, quer seja o fruto de um dinamismo orientado (ainda que cegamente) para a busca de uma «*vida melhor*» (assim se acolhem as perspectivas evolucionistas de Darwin e de Konrad Lorenz).
- B. A adopção do método hipotético-dedutivo como o único que confere a um conhecimento o estatuto de científico (tanto no âmbito das Ciências da Natureza, como das Ciências do Homem e das Ciências Formais).
- C. A recusa liminar de todas as modalidades de Ceticismo, designadamente do pragmatismo *sui generis* que resultaria da aceitação da veracidade da hipótese e da sua legitimidade como fundamento de um processo dedutivo, só *enquanto* não ocorresse a verificação da sua falsidade. É que — e este é o ponto mais difícil da epistemologia

popperiana — a hipótese (apesar do desinteresse pelo processo que levou à sua formulação), *está investida de uma presunção tão forte de verdade, que nunca poderemos negar a priori que ela enuncie um conhecimento definitivo.*

1. É claro que no plano prático, designadamente no âmbito da acção política, esta epistemologia propõe-se fundamentar a difícil conciliação entre a *firmeza* e a total ausência de espírito *dogmático*; entre uma abertura crítica sempre renovada e autêntica, e uma fidelidade intransigente às hipóteses que se mantenham de pé.

Por outro lado — e isso é o mais importante — faz com que a luta das ideias, e das opiniões, se mantenha no plano teórico, ou pelo menos, no plano *verbal* (que prejuízos não advieram até hoje aos homens pelo abuso do dom da palavra...) e não desça ao terreno cruenta da luta física.

12. É todavia muito difícil, como se compreenderá, este novo tipo de convivência cultural. Carece de uma longa e eficaz aprendizagem. De outra forma, só será praticado na aparência e de má-fé.

13. Ora, nessa indispensável educação para o livre confronto de ideias e opiniões, a *Filosofia* é a disciplina privilegiada. Não só porque é, para o efeito, a mais adequada ginástica mental, mas ainda, e principalmente, porque só ela, impondo o cultivo das *virtudes sóficas*, exige dos interlocutores a assumpção de uma postura ética, indispensável para a lisura do combate.

14. Mas não fica por aqui o papel da Filosofia no quadro do pensamento popperiano. Em dois momentos mais ela se revela útil: na «invenção» das hipóteses, (muito especialmente no campo das Ciências Humanas) e na *crítica*, vigilante e sempre renovada, que eventualmente culminará na verificação da sua falsidade.

15. Não nos interessa fazer aqui uma análise circunstanciada destas posições de Russel e de Popper. Ela nos afastaria do objectivo central que agora temos em vista.

Parece-nos todavia oportuno, para maior clareza, situar, muito sucintamente embora, o nosso próprio pensamento, em relação às doutrinas destes filósofos.

Mas, para isso, será conveniente esboçar primeiro um panorama amplo da problemática da História, tal como a vemos. É o que tentaremos a seguir.

III

Quadro Elementar da Filosofia da História. Conclusões

1. Pensamos que a vida social do Homem deve ser olhada por quatro grandes perspectivas, bem distintas entre si, embora inter-ligadas.

2. A primeira é *trans-cultural* ou *metafísica*.

Nela se situam as questões mais radicais da inter-subjectividade, designadamente o problema teológico das relações com o Absoluto. Ai se situam também as mais profundas questões sobre a essência da *temporalidade*, e sobre o *Bem*, ou *Fim dos Fins*, que reúne e hierarquiza todos os valores, e para que se orienta o movimento unificador do Espírito.

É evidente que os grandes temas sobre a estrutura da *pessoa*, sobre os fundamentos da Liberdade e da Ética, sobre o sentido de uma história comum da Humanidade, sobre a Vida e os seus processos dinâmicos, sobre a natureza do universo, sobre tudo, enfim, que respeita à *condição humana*, — nela se constituem e nela se recebem um significado matricial.

3. Tais temas poderão ser metodologicamente postos de lado, mas nunca esquecidos. A hora do apuramento da Verdade acaba sempre por vir. E não será possível então continuar distraído, ou com os olhos fechados, a não ser pagando o preço excessivo da desagregação e da degradação interiores. (Ao apelo do Espírito, só resistem os desesperados).

4. Há todavia quem pense que poderá furtar-se impunemente a essa Metafísica terminal e definitiva, atentando em que os actos constitutivos da nossa *mentalidade* poderão ser tidos como metafóricos e atribuídos a sistemas semióticos que rondam a fronteira do mundo das Ciências Humanas, e de que as Línguas Maternas são o afloramento sociológico originário.

Puro engano. Também aqui a perspectiva metafísica renasce, pois é no tema da *inter-subjectividade radical* que está contido o tema da *comunicação radical* (7). (Nem valerá a pena falar na distinção que existe entre *mentalidade* e *personalidade*). Por mais valorizada que seja, a *hermenêutica* nunca poderá substituir-se pois à mais profunda das disciplinas filosóficas.

5. A ignorância ou a minimização desta primeira grande perspectiva sobre a História, e das «tematizações» por ela impostas, leva a uma sobrevalorização dos fenómenos sociológicos, que são abusivamente considerados como «dados primitivos»; e à construção indutiva, a partir deles, de modelos explicativos cuja radicalidade mutiladora atinge, por vezes, as raízes do risível; ou, em contrapartida, a uma simples descrição que, na sua superficial objectividade, tende a ir de encontro ao «senso-comum».

6. A segunda grande perspectiva é a da criação da Cultura, cujos momentos primordiais são o da morfologia e axiologia dos tipos humanos e das instituições sociais. Silenciando um mundo de observações apaixonantes que ela nos propiciaria, referiremos só, por ser o que agora mais nos interessa, *que as ideias nunca são avulsas mas se integram em sistemas, constituídos por uma lógica interna inamovível*, que não podem ser ignorados na acção real; e ainda que há uma única forma de resistir à força das ideias: substituí-las por outras, mais claras e desejáveis. Também diremos que os homens se constituem em função de uma pluralidade de modelos determinados por formas diversas de sensibilidade e

(7) Também entendemos que é esta inter-subjectividade radical (onde começa a Vida do Espírito), que muito diminui o valor da analogia (S. Tomás que nos perdoe...). Se o mundo sensível é obra de Deus, e se é aí que os homens, nele mergulhados, devem contemplar humildemente a Sua Glória, também é verdade, que esses mesmos homens são seres espirituais, e foram directamente criados à «Sua imagem» (o Eden deveria bastar para o Adão ser feliz. Mas o Deus criador, apesar de transcendente, imprimiu nele a Sua imagem e honrou-o *falando-lhe*. Compreende-se a tentação de se julgar divino e valioso por si. Foi por isso tão eficaz a malícia da Eva, e da sua aliada rastejante, apesar do trágico equívoco que a inspirou. Adão não pretendia emancipar-se da tutela de Deus para melhor possuir o Paraíso terrestre, de que já era o Senhor; ao invés, queria aproximar-se mais Dele, mas caminhando pelo seu pé, e por direito próprio...

coerência axiológicas, e uma unidade de estilo, que haverá de levar em conta no esforço de compreensão histórica. Outro tanto se passa com as instituições, ou modos nucleares e exemplares de organização colectiva. Atender, por último, a que todo o erro ou rebeldia quanto a estes paradigmas se pagam com perturbações e sofrimentos sociais.

7. O terceiro plano a ter em conta é o da História das Ideias e das Mentalidades. Nele é típica a noção de *vigência*, factual ou potencial; aí lidamos com ideias e mentalidades «incarnadas» que actuam na fronteira oscilante entre os «projectos», as decisões e a realidade acontecida, quer em termos prevalectentes ou «fortes», quer a marginalizada, quer mesmo a que foi impedida de acontecer.

8. O que mais importará levar aqui em conta é o processo básico de «presentificações», que se concretizam numa série concêntrica de círculos de raio cada vez mais amplo, que vai do instante marcado pelas percepções da experiência, interna ou externa, à época e à era. Quer individualmente, quer em sociedade, nós vivemos sempre em *acto*, no interior de presentes dinâmicos e renováveis, segundo um mesmo esquema, imposto pela estrutura da nossa temporalidade essencial.

9. Os acontecimentos históricos são sempre perspectivados a partir de um duplo presente: o presente do historiador, e o «presente-passado» em que ocorreram, que teve, por seu turno, uma memória e uma visão prospectiva próprias. Nenhuma ciência há, por isso, mais essencialmente renovável e inacabada do que a História. (Já agora, aproveitemos o ensejo para distinguir, no acontecimento ou facto histórico, duas dimensões essenciais: a que o increve, exemplarmente, na normalidade do quotidiano colectivo, e a que dela o afasta, também em termos essenciais, mas de rejeição. É na primeira das dimensões apontadas, e na medida em que, aí, a exemplaridade se despe de todas as circunstâncias ocasionais, que se situa o primeiro momento da separação entre História e Sociologia).

10. Temos, por último, o plano da factualidade histórica propriamente dita. A ele se limita a historiografia documental, ultra «positivista», sobretudo quando só permite extrapolações de

tipo quantitativo ou estatístico. Uma coisa é facto histórico, outra supor que a base documental é bastante para reconstituir, explicar e compreender a vida passada do Homem. Mas, nem esta historiografia radical é rígida, apesar da miopia casuística que a distingue, pois não renuncia à relação dos factos históricos; e, nessa medida, não deixa de se abrir à perspectiva do futuro.

11. Ora, é nesta articulação passado-futuro que Russel e Popper se situam. E devemos confessar que os acompanhamos em algumas das suas posições, fundamentalmente, no entendimento de que o futuro (mesmo o próximo futuro) não está pré-determinado, pode ter várias realizações, e que não se pode ser, em relação a ele, nem utópico nem dogmático.

12. Entendemos todavia, pela nossa parte, que não deve confundir-se indeterminação com desorientação, e haverá que assinalar, na carta dos futuros possíveis, o que for axiologicamente mais rico, e por ele lutar. E entendemos ainda que, acima de tudo, há imperativos éticos que não podemos trair, qualquer que seja o preço dessa intransigente fidelidade. Não se trata porém de esmagar inimigos. Trata-se de assumir uma missão pedagógica, e de exigir respeito pela nossa dignidade pessoal, não só para assim garantirmos um mínimo de espaço para o exercício da nossa liberdade e independência privadas, mas para que o nosso exemplo possa encorajar os que forem mais fracos do que nós.

13. A insubstituível função da Filosofia para que possam atingir-se tais objectivos já nos é agora de tal modo evidente que nos parece que nada mais é necessário acrescentar.

14. Também se verá com nitidez que, feitas todas as contas, os ideais vigentes da liberdade política, da abundância e do «paraíso tecnológico», não só ocupam uma boa posição no quadro dos futuros possíveis, como são eticamente aceitáveis e capazes de aumentar a felicidade dos Homens, neste mundo.

Eduardo Abranches de Soveral